

Nº 1060

Governo obstrui novamente sessão da CFT e PCS não é votado por falta de quórum

Em SC, servidores inauguram mobilização e protesto em novo prédio da JF na Capital

Por falta de quórum, a sessão desta quarta-feira, 28, da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara mais uma vez não votou os PLs 6613/09 e 6697/09, que revisam os PCSs da categoria.

Como parte da luta nacional pela revisão salarial, os servidores de SC aprovaram, em assembleia realizada na terça-feira, 27, a realização de uma assembleia/ato no novo prédio na Justiça Federal, na Beira-mar Norte. A atividade será na próxima terça, 4 de outubro, das 14 às 15 horas. O sindicato irá disponibilizar transporte a partir do TRT para deslocamento dos servidores que trabalham na JT e na JE. Para intensificar a mobilização, a orientação é a de que atos no mesmo horário sejam realizados nas subseções da JF em todo o Estado.

Na sessão de ontem, além da

ausência de vários membros da CFT, também contribuiu com o adiamento da votação a atitude do deputado Rui Costa [PT-BA], que novamente, com o apoio de outros colegas da Comissão, obstruiu a sessão, declarando que os deputados de sua bancada não votariam. O único deputado petista que votou no requerimento de inclusão dos projetos na pauta foi o relator do PL 6613/09, Roberto Policarpo [PT-DF].

O deputado baiano já havia dito a dirigentes sindicais da categoria, em contatos feitos nas últimas semanas, que se depender dele o projeto só será votado quando houver um acordo entre a cúpula do Judiciário, o Executivo e o Legislativo para que a previsão orçamentária seja incluída na Lei Orçamentária Anual de 2012. E, na sessão de ontem, ele novamente declarou a obstrução, posicionamento também seguido pelos deputados do PTB e do PR. Da bancada

do PT também obstruiu com ele o presidente da Comissão, Cláudio Puty [PT-BA], e os demais se ausentaram da sessão.

Ao encaminhar contrário ao requerimento do deputado Pauderney Avelino [DEM-AM], Rui Costa disse que os membros da CFT estão se empenhando para que seja finalizada a negociação entre os Poderes e finalmente saia um acordo pela adequação orçamentária e financeira dos projetos. No entanto, segundo ele, antes de votar os PCSs, "é preciso garantir a viabilidade orçamentária junto à Comissão Mista de Orçamento". "Há o entendimento dos membros da CMO de incluir a previsão do projeto na LOA. O Judiciário e o Executivo estão fazendo as conversas para chegar a um acordo, mas, dada a possibilidade de crise econômica, a situação está complicada. Essa solução tem que ser conjunta com a CMO. Não quero fazer disputa política

**Assembleia/Ato na entrada da JF (Av. Beira-mar Norte)
dia 4/10, terça. Venha lutar pelo reajuste salarial!**

aqui, por isso votaremos contra inclusão do PL na pauta", declarou Rui Costa, sob protestos dos servidores que lotaram, mais uma vez, a sessão da CFT, com a presença de três representantes de SC.

O requerimento de inclusão dos projetos na pauta da sessão, apresentado por Pauderney Avelino, teve o apoio de dez deputados. O único que votou contrário ao requerimento foi Edmar Arruada [PSC-PR]. Mas, com a obstrução do PT, do PR e do PTB e com a ausência de vários membros da Comissão, mesmo o requerimento tendo sido apro-

vado, a sessão foi suspensa por falta de quórum. Para dar prosseguimento aos trabalhos era preciso ter a presença de 17 deputados.

Segundo o deputado amazonense, a votação dos projetos na sessão era importante para "dizer ao governo que esta Casa [Câmara] quer a aprovação do reajuste salarial dos servidores". "Esse tema é da mais alta relevância. Há uma negociação cambaleante entre o Executivo e o Legislativo, então precisamos votar de imediato essa proposta", disse Pauderney.

De acordo com a Fenajufe,

somente uma luta forte em todo o país será capaz de pressionar o STF, a PGR, o Executivo e o Legislativo a fechar um acordo para aprovar os PLs 6613/09 e 6697/09.

Os sindicatos também estão intensificando os contatos com os deputados em seus estados e devem enviar representantes a Brasília na próxima quarta-feira, 5, quando haverá novamente sessão da Comissão de Finanças e Tributação. Nas conversas com os parlamentares, é preciso convencê-los a participar da sessão e a votar em defesa dos servidores. *Da Fenajufe*

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ELEIÇÕES NO SINTRAJUSC

Pelo presente Edital, a Diretoria Executiva do Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal no Estado de Santa Catarina (SINTRAJUSC), conforme estabelecem os artigos 45 e 47 do Estatuto Sindical, faz saber aos trabalhadores do Judiciário Federal de Santa Catarina (Justiça do Trabalho, Justiça Eleitoral e Justiça Federal) que serão realizadas eleições para a Diretoria Executiva (triênio 2012-2014) no dia 30 de novembro de 2011, comunicando ainda o que segue:

a) as eleições serão realizadas no dia 30 (trinta) de novembro de 2011, nos locais de trabalho disponíveis na página do Sindicato, tendo início às 9h e encerramento às 17h do dia da eleição;

b) o requerimento de registro de chapas será protocolado perante a Secretaria do Sindicato no período de 07 a 21.10.2011, no horário das 12:00 às 18:00 hs (rua dos Ilhéus, 118, sobreloja - sala 3, Edifício Jorge Daux, Centro, Florianópolis, CEP 88010-560);

c) o Regimento da Eleição encontra-se disponível na

página do Sindicato;

d) a Comissão Eleitoral, aprovada na Assembléia Geral do SINTRAJUSC do dia 21 de setembro de 2011, responsável pela realização das eleições de que trata o presente edital, assim se compõe: Guaraci Pinto Martins (JE), Mario Roberto Beraldi (JF), Marli de Albuquerque (JT), Martha dos Santos (JF) e Nildomar Freire Santos (JT-Presidente).

Florianópolis, 29 de setembro de 2011.

Diretoria Executiva do Sintrajusc